

REAJUSTE SALARIAL

DF - Polícia

Ratificado aumento para policiais do DF

Índice de reajuste de 14,2%, pago desde maio, passou no Senado

Norma Moura

Demorou, mas saiu. O tão esperado reajuste salarial para bombeiros e policiais militares e civis do DF foi aprovado na madrugada de ontem, no Senado Federal. Agora, é oficial o aumento de 14,2% que os militares vinham recebendo desde maio deste ano.

A aprovação da Medida Provisória 401/07 ainda garante, aos militares, a Gratificação de Condições Especiais de Função Militar (GCEF), no valor de R\$ 351, e um reajuste entre 23% e 28% sobre a Vantagem Pecuniária Especial (VPE). O aumento é de acordo com o posto e a graduação dentro da corporação e é retroativo a setembro do ano passado.

Pressão silenciosa

Os militares lotaram a galeria do plenário do Senado na tarde de quarta-feira, na esperança de ver a lei aprovada no último dia de atividade antes do recesso parlamentar. Além do reajuste, a lei abre a possibilidade de o governador do

Lei abre a possibilidade de concessão da gratificação por risco de morte

DF, José Roberto Arruda, conceder a gratificação por risco de morte, uma das principais reivindicações dos militares.

A expectativa agora é que o presidente Lula sancione a lei exatamente como ela foi aprovada pelos parlamentares, sem veto à emenda do risco de morte, diz o presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal (Aspol), o deputado distrital Cabo Patrício (PT-DF).

— Estamos otimistas. Vamos nos articular pela sanção presidencial e, então, partir para pressionar o governador Arruda para aprovar o benefício, que é recebido pelos policiais civis e até pelos agentes do

**PRESEÇA NO CONGRESSO** – Bombeiros do DF acompanharam votação da MP que os beneficia

Detran — cobra o deputado.

Se o governador fechar com os militares, estes podem embolsar mais R\$ 1.200 por mês, que é o valor que os integrantes da Polícia Civil do DF e do Detran recebem como gratificação por risco de morte.

— Queremos o mesmo. Pode até ser parcelado, vir do Fundo Constitucional do DF ou dos recursos do governo, que teve arrecadação recorde — diz Patrício.

Fim da novela

A expectativa quanto à aprovação da lei era grande, uma vez que os militares vinham recebendo o reajuste desde maio, quando ele começou a ser pago retroativamente a fevereiro. Sem a aprovação, os militares corriam o risco de ter de devolver a remuneração com o vencimento da medida provisória.

O dinheiro vem do Fundo Constitucional do DF, criado em 2002 com verbas da União,

que são repassadas para as unidades da Federação, o que permitiu o reajuste sem interferir nas despesas do DF.

A bancada ainda conseguiu livrar o Fundo Constitucional do DF de uma garfada imprevista. Os senadores recusaram a emenda apresentada pelo colega José Sarney (PMDB-AP), estendendo o reajuste aos militares dos ex-territórios, transformados em estados em 1990.